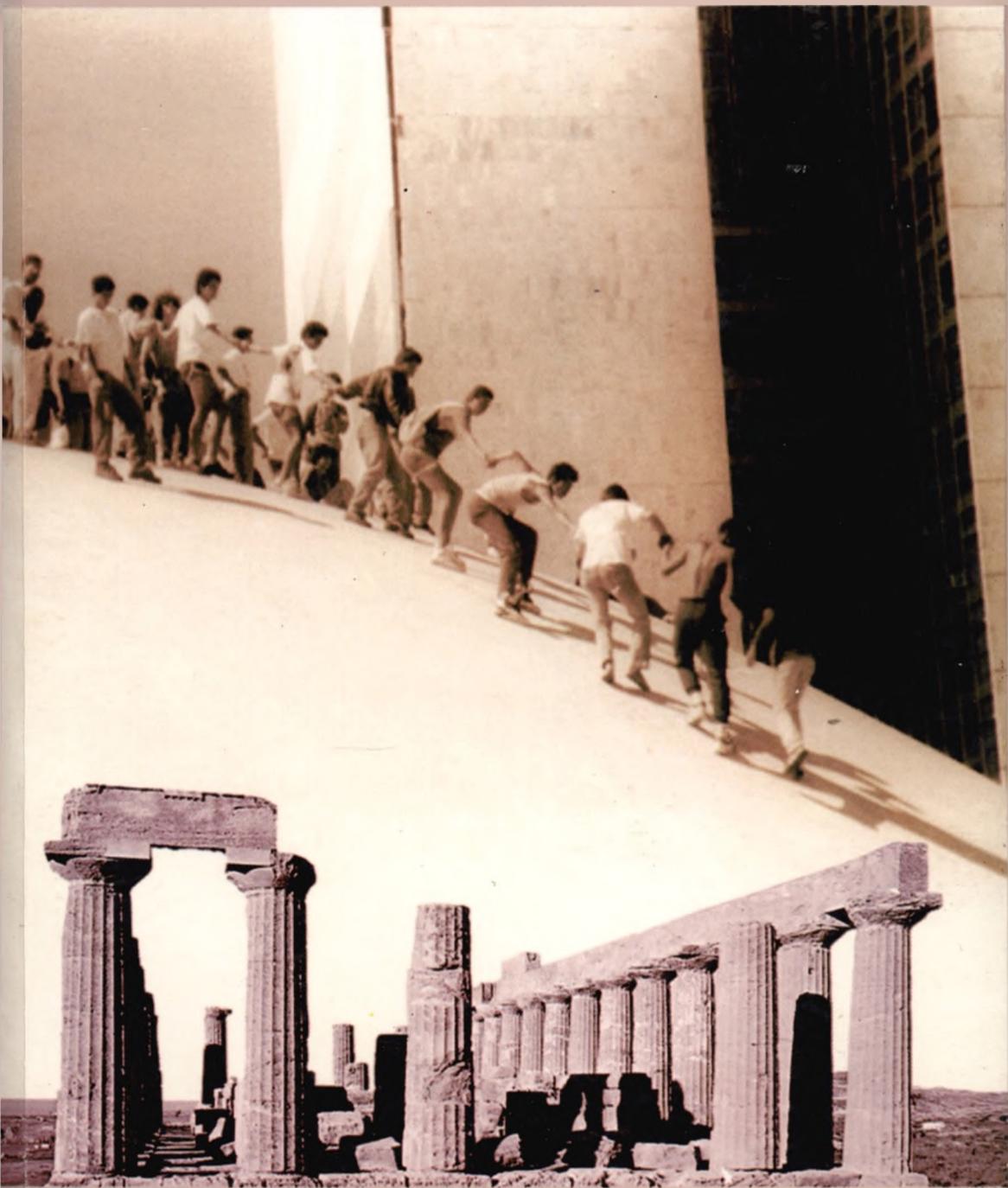


democracia a grande revolução



Para que serve a democracia? Quem se beneficia dela? É a democracia um fenômeno natural ou deve ser construída e consolidada?

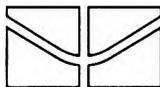
O objetivo deste livro é contribuir para o debate inerente ao processo democrático. O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia*, em homenagem a um dos maiores pensadores do Brasil, foi a maneira idealizada para se obter algumas respostas aos desafios atuais enfrentados pelas nações democráticas. Reuniu representantes de vários países para apreender experiências de consolidação de diferentes processos democráticos.

As crises sociais de naturezas diversas que afetam os países de todo o mundo provocam a discussão dos modelos democráticos, cujos elementos formais, efetivamente, existem. Todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia – a liberdade. O século XXI será o das lutas por equidade, pois sem ela corremos o risco de perder todas as conquistas democráticas. A complexidade das questões sociais exige compromisso coletivo e individual para transformar a promessa de democracia em realidade.

O título desta obra reflete a necessidade de uma grande revolução a ser empreendida para a construção e a consolidação da democracia em todo o mundo.

O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia* é a contribuição efetiva da Universidade de Brasília, que na forma de livro socializa o debate. A continuidade do *Simpósio Florestan Fernandes* é o compromisso da UnB com os ideais democráticos para o próximo século.

**DEMOCRACIA
A GRANDE REVOLUÇÃO**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

João Claudio Todorov

Vice-Reitor

Erico Paulo Siegmar Weidle

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Fischer

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

DEMOCRACIA A GRANDE REVOLUÇÃO

Hermes Zaneti (organizador)

EDITORA

UnB

Fundação de Apoio à Pesquisa/DF

Direitos exclusivos para esta edição:
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SCS - Q. 02 - Bloco C - nº 78 - Edifício OK - 2º andar
70.300-500 - Brasília - DF
FAX: (061) 225-5611

Copyright © 1996 by Editora Universidade de Brasília

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora.

Impresso no Brasil

EDITORES

TANIA MOREIRA DA COSTA E REGINA MARQUES

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS/REVISÃO

TANIA MOREIRA DA COSTA, REGINA MARQUES E SILVIA MARIA ALVES

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

SONJA SAMPAIO

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

LUÍZA MARIA ROCHA NERY

CAPA

FORMATOS DESIGN E INFORMÁTICA

SUPERVISÃO GRÁFICA

ELMANO RODRIGUES PINHEIRO

ISBN: 85-230-0451-3

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

D383 Democracia: a grande revolução / organização de Hermes Zaneti. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

179 p.

1. Ciência Política. 2. Democracia. I. Zaneti, Hermes.
II. Título.

CDU 32
321.7

SUMÁRIO

Apresentação

Hermes Zaneti – Coordenador do Projeto Constituição, 7

Introdução

Democracia: a grande revolução, 11

João Claudio Todorov – Reitor da Universidade de Brasília

I - A construção da democracia

A revitalização da arte da política, 15

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República Federativa do Brasil

II - Democracia: das origens à modernidade

Celebrando 2.500 anos de democracia, 31

Alexander Vayenás – Embaixador da República Helênica no Brasil

A evolução da democracia representativa, 37

Donald Keith Haskell – Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil

III - Democracia no século XXI

O desafio da equidade, 43

Juan Somavia – Presidente da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, Embaixador do Chile na ONU.

Debatedores

Limitações da agenda da Cúpula Social de Copenhague, 61

Benício Viero Schmidt – Sociólogo, Professor da UnB

Democracia com equidade: um direito?, 67

Lia Zanotta Machado – Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbios e Programas Internacionais da UnB

IV - Democracia na Ibero-América

O valor da democracia como sistema na América Latina: a experiência venezuelana, 73

Rafael Caldera – Presidente da República da Venezuela

O fortalecimento do processo democrático da Venezuela, 83

Alfredo Toro Hardy – Embaixador da República da Venezuela no Brasil

Cuba: a determinação por um caminho próprio, 95

Jorge Lezcano Perez – Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

Democracia, desenvolvimento econômico e equidade social, 109

Heraldo Muñoz – Embaixador da República do Chile no Brasil

Democracia: valor a ser entendido e compartilhado, 121

Alieto Aldo Guadagni – Embaixador da República Argentina no Brasil

Formação da democracia na Colômbia, 133

Mario Galofre Cano – Embaixador da República da Colômbia no Brasil

V - Democracia no Pós-Comunismo

A política no pós-comunismo, 145

Jeliu Jeleu – Presidente da República da Bulgária

A evolução política e constitucional da Polônia, 149

Aleksander Luczak – Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

Democracia, direitos humanos e estado de direito na Eslováquia, 159

Branislav Hitka – Embaixador da República Eslovaca no Brasil

Democratização multifacetária e permanente na Hungria, 165

Gábor Tóth – Embaixador da República da Hungria no Brasil

Estado de direito e economia de mercado na Romênia, 173

Romulus Roman – Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil

APRESENTAÇÃO

Hermes Zaneti
Coordenador do Projeto Constituição

Assunto altamente complexo, a democracia tem ocupado significativos espaços em debates teóricos em muitos países. Importantes pensadores têm-se dedicado à questão da democracia. Nosso objetivo, nesta apresentação, é, também, referir o pensamento de alguns desses autores que deram enfoques interessantes à matéria, para motivar a discussão.

Giovanni Sartori¹ faz uma pergunta instigante: “A democracia pode ser qualquer coisa?”, para em seguida citar Tocqueville que diz: “É nossa forma de usar as palavras ‘democracia’ e ‘governo democrático’ que cria a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e haja concordância quanto à sua definição, as pessoas vão viver numa confusão inextricável de idéias, para grande vantagem dos demagogos e déspotas”.

É ainda Sartori² que nos lembra que “(a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é”.

O embate dinâmico das forças que compõem a democracia é destacado por Przeworski³:

Numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modificá-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regra.

¹ Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1994: 16.

² *Idem*, *ibidem*: 24.

³ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 31.

O mesmo autor nos alerta que “a democracia pode ser um efeito conjunto de condições e instituições” e que “as instituições devem adequar-se às condições”.⁴ Analisando a questão da sobrecarga de demandas, quando não autocontida, podendo inviabilizar a governabilidade e comprometer a própria democracia, o autor destaca que os mecanismos de alocação são mais importantes que as formas de propriedade e que o sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos⁵.

É importante lembrarmos que a democracia permite à sociedade organizar-se para a disputa dos diferentes interesses em jogo. Ela não é, no entanto, um elástico com capacidade ilimitada para esticar. Nesse sentido, e com as necessárias cautelas, é bom termos em conta as observações de Huntington⁶, para quem: “Um valor que, normalmente, é bom em si não é, necessariamente, otimizado quando é maximizado. Nós reconhecemos que existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia política. Democracia terá uma longa vida se tiver uma existência mais balanceada”.

Estas poucas referências, de alguns dos autores que se ocupam do tema, dão uma idéia da complexidade desta discussão. Mostram, igualmente, que o assunto não pode ser ignorado.

A Universidade de Brasília atribui importância especial ao tema da democracia e à política em geral, atendendo, assim, a uma de suas vocações, por ser a universidade da capital política do País. Por isso, criou o Projeto Constituição para acompanhar o processo de discussão das alterações na Constituição do Brasil, pelo Congresso Nacional, em 1995. Entre as várias atividades desenvolvidas, destacamos o “Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia”. O Simpósio constituiu-se, basicamente, de uma série de conferências proferidas por embaixadores de vários países de diferentes continentes. Recebeu mensagens, especialmente escritas para a ocasião, do Presidente da República da Bulgária, Jeliu Jelev, e do Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia, Aleksander Luczak. Conferência especial sobre o assunto em foco foi proferida pelo Doutor Rafael Caldera, Presidente da República da Venezuela. Estiveram presentes e proferiram conferências o Embaixador Juan Somavia, Presidente da Cúpula

⁴ *Idem, ibidem*: 58.

⁵ *Idem, ibidem*: 12.

⁶ Huntington, Samuel P. *The Crisis of Democracy*.

Mundial de Desenvolvimento Social de Copenhague e o Deputado Jorge Lezcano Perez, Membro do Conselho de Estado da República de Cuba. Recebemos, ainda, com exclusividade para publicação, texto de conferência proferida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, na Universidade de Stanford, versando sobre o tema em foco.

Reunimos o conjunto destes textos para esta publicação que intitula-mos: *Democracia: a grande revolução*. O livro oferece, assim, um panorama amplo da evolução do processo democrático. Aborda desde o problema dos excluídos, um dos itens tratados pelo Reitor da UnB, Doutor João Claudio Todorov na Introdução; discute a construção da democracia, quando o Professor Fernando Henrique Cardoso aponta a necessidade de revitalizar a arte da política; nos leva das origens da democracia à modernidade, nos textos dos Embaixadores da Grécia e da Grã-Bretanha no Brasil; nos remete para o futuro, na democracia no século XXI, onde o Embaixador Juan Somavia, com a participação dos professores da UnB, Lia Zanotta Machado e Benício Viero Schmidt, discute o desafio da equidade apontando a necessidade da erradicação da miséria.

Uma visão histórica dos grandes desafios e a permanente turbulência política que tem envolvido a construção da democracia nos países ibero-americanos é apresentada pelo Presidente da Venezuela, pelo Deputado Jorge Lezcano Perez e pelos Embaixadores do Chile, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela. As mensagens do Presidente da Bulgária e do Vice-Primeiro-Ministro da Polônia, além das conferências dos Embaixadores da Eslováquia, da Hungria e do Encarregado de Negócios da Romênia, mostram o processo de construção das mais jovens democracias do mundo.

O conteúdo do livro apresenta a luta que tem sido, ao longo da história, a construção do regime democrático. Vítima de ataques nos mais diferentes países, submergindo em períodos mais ou menos longos, a democracia acaba por emergir como expressão de vontade da maioria do povo, como são exemplos a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile, a Polônia e o Brasil, só para citar alguns.

A motivação da UnB para discutir a questão da democracia decorreu do fato de termos constatado que parece haver um senso comum de que se não fizermos nada, se não tivermos nenhum projeto institucional, então, como por inércia, acontecerá a democracia. Ela seria, assim, um acontecimento quase natural. A história tem mostrado, porém, inúmeras interrupções do processo democrático em muitos países. Na vigência de regimes autoritários, as forças democráticas unem-se para restabelecer a democracia, mas obser-

va-se que, durante os períodos democráticos, não há suficiente empenho dessas mesmas forças no sentido de fortalecer as instituições que garantam a democracia. Nossa convicção, no entanto, é que a democracia deve e pode ser construída e que essa construção passa por um amplo processo de discussão, de participação. As universidades têm um papel especial nessa tarefa, porque elas são, em geral, as primeiras vítimas sempre que ocorre a interrupção autoritária do processo democrático.

A construção de instituições que promovam e defendam a democracia passa pela perspectiva de que as diferentes forças políticas que participam do embate democrático tenham, no presente e no futuro, chance de ver suas reivindicações atendidas. A liberdade que a democracia oferece é extremamente importante, mas não suficiente. Ela precisa garantir uma perspectiva redistributiva. À democracia formal, da liberdade de expressão, do direito de ir e vir, precisamos acrescentar a democracia substantiva, entendida como a erradicação da miséria, a redistribuição da renda, de tal sorte que o povo sinta no bolso e em casa os efeitos da democracia, pois só assim participará do processo de sua construção e defesa.

É importante observar que a democracia, nos últimos anos, ganhou importantes espaços. É muito significativo o número de países que vivem hoje sob o regime democrático. Segundo Przeworski,⁷ “nunca na história tantos países desfrutaram de instituições democráticas ou, pelo menos, submetem-nas a teste”. A democracia cresceu muito, igualmente, como valor; eis que mesmo regimes que, a rigor, não poderiam ser classificados como democráticos, assim se intitulam para buscar maior respeitabilidade e inserção na comunidade internacional.

A obra que ora oferecemos contém relatos históricos, reflexões teóricas e depoimentos ricos com experiências concretas vividas em diferentes países do mundo. Não tem a pretensão maior de realizar uma revisão teórica sobre o assunto. É uma contribuição inicial à discussão da construção da democracia, na esperança de que possa ser ampliada com a participação de outros países e de que saibamos aproveitar esse momento para criar e fortalecer instituições democráticas justas e eficazes, em condições de dar suporte ao processo democrático, que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma promessa permanente.

⁷ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 9.

ESTADO DE DIREITO E ECONOMIA DE MERCADO NA ROMÊNIA

Romulus Roman
Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil

Devo salientar, antes de tudo, que a criação do estado de direito e de uma forte economia de mercado, para a Romênia e as outras novas democracias da Europa Central, é um axioma na definição das evoluções e da integralidade das referências atuais sobre a Romênia moderna.

Neste sentido, há de se lembrar que este processo, que se iniciou quase seis anos atrás, após a derrubada do regime totalitário, representou a transposição, em termos legislativos e de funcionamento geral do Estado, das aspirações não só dos participantes ativos na Revolução de dezembro de 1989, ou do povo em geral, mas, também, das forças políticas diversas que se criaram logo no início de 1990.

Este é o primeiro exemplo e, talvez, etapa, na evolução democrática do País. A liberdade de opinião política e, em conseqüência, a criação de novos partidos acompanharam essa evolução desde os dias marcantes da Revolução.

Liberdades políticas, de associação, da imprensa e o pleno respeito aos direitos humanos, na sua globalidade, permitiram que, em poucos meses, se realizassem as primeiras eleições livres, em 20 de maio de 1990, com a participação integral de todos os novos partidos políticos criados, o que tornou possível, pela primeira vez, o destaque adequado e correto das opções e afinidades do eleitorado.

Tanto a campanha eleitoral como o processo das eleições foram acompanhadas por um importante e atento grupo de observadores internacionais oriundos dos países democráticos, firmando-se assim o pacto com a democracia, iniciado como processo em dezembro de 1989.

Sendo a democracia, talvez, o único substantivo que não tem graus de comparação, é natural que o primeiro Parlamento romeno, democraticamente eleito depois de 50 anos, teve de assumir uma imensa responsabilidade, cumprir um amplo programa legislativo para que todas as leis concordassem com o novo rumo democrático do País.

Na ausência de uma outra constituição, a ser elaborada pela nova Assembleia Constituinte, democraticamente eleita, as eleições se realizaram com base em uma lei eleitoral elaborada pelo Conselho Provisório de Unidade Nacional, um Parlamento provisório que incluía todos os partidos

políticos que surgiram, inclusive na medida em que se formaram posteriormente à criação deste órgão. Pela primeira vez, a componente básica do estado de direito, separação dos poderes – que existia formalmente na Constituição anterior – começou a ter a relevância e a aplicabilidade normais.

Foi necessário adequar este novo rumo democrático e a orientação irreversível para a economia de mercado, com o mecanismo, a prática e o ambiente legislativo, pois o anterior era inadequado.

A primeira e a grande responsabilidade do novo Parlamento foi a elaboração de uma nova Constituição. Tarefas urgentes e transformações rápidas impuseram o ritmo dos trabalhos parlamentares. Foram adotadas leis ordinárias para regulamentar os processos que tinham um dinamismo particular, como o da agricultura, pois a antiga organização cooperativista de tipo *colkoz* foi desmantelada desde o início de 1990 e uma nova reforma agrária tornou-se imperativa.

Aparentemente simples, a devolução de terras aos antigos proprietários se revelou um processo extremamente complexo. Com a industrialização e a evolução social durante a ditadura comunista, houve uma forte migração para as cidades.

Fora do mundo rural, muitos dos novos donos (antigos ou herdeiros) já eram operários ou engenheiros e nada sabiam sobre o manejo da terra a não ser o interesse de recuperá-la, e nem queriam deixar o seu emprego na cidade. Dezenas de milhares de técnicos, engenheiros agrônomos ou zootécnicos, em grandes fazendas cooperativadas, muitos deles com origem urbana e preparação inadequada para outras profissões, se encontraram sem emprego e sem um pedaço de terra própria ou herdada.

Foi necessário encontrar soluções razoáveis para todos no novo equilíbrio que tinha uma dinâmica acelerada, pois as lavouras, por exemplo, não podiam esperar por debates prolongados. Este exemplo, escolhido intencionalmente ou por acaso, apresenta, com as referências de escala correspondentes, a complexidade de um amplo processo em que o estado de direito tinha de se afirmar com base em um outro princípio do Direito. Não se repara uma injustiça – e houve muitas anteriormente – a custo de novas injustiças.

A primeira nova Constituição, elaborada pelos antigos países do Leste, foi votada pelos Constituintes no 2º semestre de 1991 e “sancionada” por referendo em 8 de dezembro de 1991. Baseada em primeiro lugar nas tradições constitucionais e democráticas romenas anteriores à Guerra, com referência na evolução do mundo e do País, e em metas constitucionais dos

outros países democráticos, é considerada pelos peritos e constitucionalistas, consultados ou implicados na sua elaboração, uma das mais modernas e democráticas atualmente vigente.

Consagrando a República como forma de governo do Estado, a completa separação dos poderes, liberdades e direitos do homem, incluindo metas das mais elevadas, européias e internacionais, quanto às minorias étnicas, por exemplo no seu artigo 20, estipula que as disposições constitucionais sobre os direitos e liberdades se interpretam e se aplicam em concordância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com os pactos e os demais tratados assinados pela Romênia.

Acrescenta-se que, se houver discordância entre os pactos e tratados correspondentes aos direitos do homem e os direitos humanos fundamentais que a Romênia assinou e as leis internas, prevalecem as regulamentações internacionais.

A criação do Conselho Constitucional se revelou benéfica para todo processo legislativo, pois tratou-se de um processo vasto, intenso e nada simples.

Nenhuma experiência mundial oferece precedentes ou referências quanto à passagem de um regime hipercentralizado do tipo comunista. Ele abrange todos os setores, desde o político de partido único, passando pela economia e o social, ensino, cultura e até, não como último na série, o meio ambiente.

A nova paisagem legislativa deve estar em concordância com os *acquis communitaires*, as leis e regulamentos vigentes na União Européia, sendo a Romênia um país associado.

Todas as idéias acima referidas, sinteticamente apresentadas, correspondem a um amplo processo, ainda em curso e chamado de transição. Nunca na história da humanidade esta palavra comportou tantos significados, políticos, econômicos, jurídicos, sociais, reflexos internacionais.

Para tornar as conclusões mais evidentes, ressalto o fato de que todas estas evoluções, algumas rápidas e outras com a cautela necessária, tornaram progressivamente, mas bastante rápido, a Romênia como membro cada vez mais integrado à comunidade ocidental, à qual ela pertence de fato pelas suas tradições, cultura, civilização e, também, perfil do seu povo. Já membro do Conselho da Europa, associado à União Européia, foi também o primeiro país a assinar a Parceria para a Paz, com a OTAN.

A inserção romena no mundo ocidental beneficiou-se da atenção dos seus parceiros, sobretudo do G 24, do G 7, da União Européia, dos Estados Unidos e das grandes instituições financeiras internacionais. Os programas

de assistência para este processo e a chamada “transição” já ultrapassaram 8 bilhões de dólares, quase 70% oriundos dos países do G 24. As previsões para o ano 2000 chegam a um total de 10 a 12 bilhões de dólares.

Com uma economia razoavelmente desenvolvida – anteriormente mal gerada – uma mão-de-obra com qualificação elevada, mercado consumidor de 24 milhões (2º lugar depois da Polônia na região), e uma posição geoestratégica de exceção, economicamente abrangendo um mercado consumidor de 200 milhões de habitantes numa área de 1000 km² com ponto de partida em Bucareste, recursos naturais notáveis e controle completo na saída pelo mar da maior hidrovia da Europa, que é o Danúbio, a Romênia soube se valorizar.

Nada foi fácil, sobretudo nos primeiros anos. O fim das sociedades totalitárias foi assimilado, instantaneamente, fora e dentro da região do Leste europeu (qualificativo impróprio politicamente, inclusive geograficamente, pois tem 2.500 km de Bucareste até aos Urais, no limite Leste da Europa), como uma vitória da economia de mercado e da democracia liberal em conseqüência das aspirações de bem-estar da população.

O desmantelamento das antigas estruturas de tipo centralizado, inclusive na economia; o desaparecimento do Comecom e em conseqüência a entrada abrupta na feroz concorrência internacional, com algumas regras pouco conhecidas e em alguns casos ignoradas ou evitadas por outras opções; a guerra da Iugoslávia e o embargo conseqüente que nos custou quase 7 bilhões de dólares; a completa e rápida privatização da agricultura que inicialmente tornou a Romênia, pela primeira vez na sua história, um país importador de alimentos, tiveram os seus reflexos.

Em 1990, houve um “crescimento” negativo de 5,6%; em 1991, de 12,9% e em 1992, de 10,1%. Somados, deram diminuições sérias, da ordem 40 a 45% no final de 1992. A isto acrescenta-se as três crises da contemporaneidade: do Estado, que diminuiu a autoridade, do mercado e a da ciência, incapaz de oferecer soluções a curto e médio prazo, segundo necessidades imperativas e urgentes. Os custos sociais começaram a surgir com força. Os investimentos estrangeiros encontravam-se abaixo da expectativa.

Os recursos, cada vez mais escassos, necessitaram de uma injeção suplementar para atender aos programas sociais. Não havia perspectiva de nenhum “Programa Marshall” e existia 11% de desempregados. A democracia e as liberdades são incompatíveis com a redução do nível de vida. A primeira meta do governo que surgiu após as segundas eleições, no final de 1992, foi parar a crise, a queda contínua, e crescer no que fosse possível.

Tímido, o crescimento de 1993 foi de 1,3%. Aumentou para 2,4% em 1994, com a balança comercial externa que se mantinha equilibrada. De 300% em 1993, a inflação caiu para 62% em 1994, e em 1995 nem chegou a 25%, menos de 2% ao mês. O ano de 1995 quase surpreende. Por exemplo, em fevereiro houve um crescimento de 9,2% em relação a janeiro e 53,1% em relação a fevereiro do ano passado. No total, em 7 meses, houve um crescimento de 9,1% e as expectativas para todo o ano são de 8 a 9%. As estimativas, que não são só romenas, concordam quanto a manutenção de ritmos altos e a posição de país emergente dentro de poucos anos.

Não é um milagre, pois começou a sua própria valorização junto com um fluxo de investimentos estrangeiros em aceleração. O País quase não tem dívida externa. É a menor dívida *per capita* da Europa, recente, com longo prazo de pagamento.

A Daewoo, da Coreia do Sul, um país muito agressivo em termos de concorrência e conquista de mercados, está em curso de aplicar um investimento próprio de 1 bilhão de dólares. Pouco atraente até há dois anos, o mercado romeno começa a oferecer vantagens.

Além do pequeno endividamento, das condições tecnológicas, da boa qualificação da mão-de-obra, ainda barata, contam bastante neste processo de crescimento a estabilidade interna e a estabilidade geral do País, no meio de um mundo e região bastante tumultuada. As condições oferecidas para os investimentos, com a atual legislação, são das mais atraentes.

Uma empresa estrangeira pode gerar 100% de seu capital e não ser discriminada de nenhum modo perante a nacional, a não ser por regras próprias da economia de mercado. Os investimentos produtivos não são taxados ou cobrados impostos por 2 a 5 anos, e se forem mais de 50 milhões, por 7 anos, têm liberdade total de repatriar os benefícios e recebem bons incentivos se forem reinvestidos no País. Oferecem-se garantias legais contra as expropriações.

Uma orientação bem escolhida, quanto a isenção total de taxas de importação para máquinas industriais e matérias-primas a serem processadas durante os primeiros 5 a 7 anos do investimento estrangeiro, fez com que em quase 90% do valor investido (88% em julho passado), o capital estrangeiro fosse orientado para investimentos produtivos. Também é por isso que 75% dos capitais investidos ultrapassam 1 milhão de dólares. É uma imagem muito diferente dos anos 90/93, quando predominavam capitais especulativos, pequenos investimentos no comércio e investimentos estrangeiros em geral reduzidos, sendo a Romênia um dos últimos beneficiários na região.

Em 7 meses de 1995 foram investidos 205% a mais em comparação com todo o ano de 1994, e bem superior ao de 1993.

Uma aceleração talvez lenta, dada a uma estrutura centralizada antiga, comparável só com a da ex-URSS, o crescimento demorou devido a condições objetivas e cautelosas, mas se revela irreversível há 2 anos.

Praticamente todas as áreas foram abertas, com três exceções: a da segurança nacional e indústria bélica, a dos narcóticos e aquelas que podem infringir a moralidade. Associam-se, também, critérios legislativos e normas ambientais bastante rigorosas, evidentemente iguais para qualquer investidor, autóctone ou estrangeiro.

Foi deliberada a apresentação no final do conceito da Grande Privatização que está em curso na Romênia. País menos desenvolvido industrialmente antes da Segunda Guerra Mundial, em comparação com a República Tcheca ou outras, as indústrias que se criaram, muitas ainda jovens, foram às custas do orçamento centralizado do Estado, praticamente às custas do nível de vida da população e dos sacrifícios da mesma, assim como o pagamento em 7 anos da dívida de 21 bilhões de dólares, que sustentou o desenvolvimento industrial referido.

É por isso que a Grande Privatização comporta como referência central a entrega gratuita e não-discriminatória de 30% do valor das ações da indústria, para todo o cidadão acima de 18 anos.

Com 37% do PIB realizado pela iniciativa privada, o que é muito em poucos anos, como ponto de partida, em pouco tempo o salto será positivo.

A primeira fase acabou em 30 de setembro de 1995 e a última está prevista para 30 de março de 1996.

O processo é complexo, mas conduzido com determinação pelo órgão responsável, o Fundo da Propriedade Privada. Associam-se medidas complementares para tornar o mecanismo viável e de conformidade com as regras da economia de mercado: venda de ações, bolsas de valores, etc.

O restante de 70% do capital das empresas estatais existentes, e sujeito às mesmas regras, é transformado em ações, livremente vendáveis, sem discriminação para qualquer cidadão, romeno ou estrangeiro.

Este é um mecanismo que comporta, junto com os investimentos estrangeiros, as bases de um crescimento acelerado de investimentos nacionais e estrangeiros. O desenvolvimento é evidente.

O custo da transição foi alto, não só com reflexos no social, mas também na diminuição do PIB, em mais de 40%, nos primeiros 3 anos após 1989. A recuperação, inicialmente lenta, começou e foram alcançados níveis superiores nos últimos 2 anos.

As reformas em geral e as demais condições existentes começaram a oferecer os seus frutos. Basta salientar que, por exemplo, as exportações para o Brasil, que diminuíram muito nos primeiros três anos, tiveram um crescimento de mais de 300% em 1994 em comparação com 1993, e de quase 400% nos primeiros 7 meses de 1995 em comparação com todo o ano de 1994.

Obviamente nem tudo é perfeito; há ainda muitos problemas, alguns novos e desconhecidos, outros inevitáveis como o desemprego. Alguns surgiram inesperadamente como a crise da agricultura que já apresenta superprodução, sobretudo em trigo e outros cereais. O que conta é o sentido global e as referências existentes e positivas.

A democracia tem no mundo moderno diversas conotações com o desenvolvimento e a vida das pessoas. Nos últimos séculos da história moderna, o acento foi posto no desenvolvimento econômico, que diferenciou bastante os países, entre os ricos e os pobres. Há fortes tendências – inclusive nos países ricos, dadas as interconexões globais – de valorizar um novo modelo de desenvolvimento, diferente do convencional. Surge um novo paradigma conceitual de “desenvolvimento humano”, que acompanha e está motivando o desenvolvimento econômico.

A consolidação das democracias jovens tem, assim, muito a ver com o novo paradigma. Sendo ela irreversível, tem de levar em conta um amplo universo que, valorizando numa economia de mercado “o capital humano”, torna este “capital” não só produtivo e gozando dos seus direitos e liberdades inalienáveis, políticos e sociais, mas também econômico e de nível de vida, o que, aliás, é o maior desafio e objetivo de qualquer governo que tem respeito por si próprio e responsabilidade pelas obrigações assumidas.



Imprenta:
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA
SIG - Quadra 8 - Lote 2.230
Telefone: 344-1747 - Fax: 344-3025
CGC - 00336024/0001-16

Outros lançamentos da Editora UnB:

Einstein estava certo?
Clifford M. Will

*A minoria próspera e
a multidão inquieta*
Noam Chomsky

Rejuvenescer a velhice (2ª edição)
Maria Laís M. Guidi e
Maria Regina de L. P. Moreira (orgs.)

O texto da notícia
Elcias Lustosa

A potência do dragão
Sérgio Caldas Mercador Abi-sad

Drogas e sociedade nos tempos da Aids
Richard Bucher

Flauta transversa – método elementar
Pierre-Yves Artaud

*Entre árvores e esquecimentos –
história social nos sertões do Brasil*
Victor Leonardi

Amigos traiçoeiros
Sérgio Bath e Thiago de Mello

*O protestantismo, a maçonaria e a
questão religiosa no Brasil* (2ª edição)
David Gueiros Vieira



"...você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada."

Anísio Teixeira

(Depoimento de Anísio Teixeira ao
Senador Artur da Távola)

Cod Edu: 27669

ISBN 85-238-0451-3



9 788523 004514